

partidos políticos

A realização da soberania popular depende dos partidos políticos e, estes, são instrumentos essenciais à democracia.

art. 17 CF → trata dos partidos políticos, além da lei dos partidos e lei das eleições.

↳ obs: é vedada a utilização de organização paramilitar

criação e registro:

- partidos políticos são considerados pessoas jurídicas de direito privado.
- obrigatoriedade de obediência do caráter nacional do partido político.
- **apoiamento mínimo**. É o que permite o reconhecimento do caráter nacional do partido.

↳ 0,5 dos votos válidos dados nas últimas eleições pl a Câmara

↳ Distribuição dos citados votos em 1/3 ao mais dos Estados, com um mínimo de 0,1% do eleitorado que haja votado em cada um deles.

↳ reconhecimento do caráter nacional do partido político.

fusão e incorporação:

↳ **fusão**: dois partidos se juntam, extinguindo-se, pl formar um novo partido.

* não é necessário apontamento mínimo e, após o registro no ofício civil do DF, o novo partido passa a ser reconhecido, antes mesmo da averbação do seu estatuto no TSE.

↳ **incorporação**: um partido deixa de existir, passando a fazer parte de outro.

* é necessário levar ao ofício civil no DF o pedido de cancelamento do partido incorporado.

extinção: art. 28 da lei 9096/95.

- I- recebimento de recursos financeiros de procedência estrangeira
- II- subordinação a entidade ou governo estrangeiro
- III- ausência de prestação de contas à Justiça Eleitoral

nal.

IV- manutenção da organização paramilitar.

Art. 17 CF, § 1º → disciplina partidária: é um instituto de direito privado, pois relaciona o partido político aos seus afiliados.

fidelidade partidária: tem natureza de direito público, que relaciona o mandatário aos seus partidos e, também, ao eleitor que o elegeu.

↳ fidelidade partidária não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário.

• desfiliação partidária:

I- mudança substancial ou desvio reiterado do programa do partido;

II- grave discriminação política pessoal;

III- mudança de partido efetuada durante o período de 30 dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.

Lei 13.165/15 → filiação partidária